

Norbert Elias

**A Sociedade de Corte**  
*Investigação sobre a sociologia da realeza  
e da aristocracia de corte*

Tradução:  
Pedro Süssekind

Prefácio de Roger Chartier  
Tradução: André Telles

  
ZAHAR

## SUMÁRIO

Título original:

*Die höfische Gesellschaft*

Tradução autorizada da primeira edição alemã publicada em 1983 por Suhrkamp Verlag, de Frankfurt, Alemanha

Copyright © 1969, Hermann Luchterhand Verlag

Copyright © 1996, The Norbert Elias Stiftung, Amsterdã

Copyright © 1985, Flammarion, para o Prefácio de Roger Chartier

Copyright da edição brasileira © 2001

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de S. Vicente 99 - 1º | 22451-061 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Capa: Sérgio Campanhe

Ilustração de capa: Pierre Patel, *Vue du Château et des Jardins de Versailles, prise de l'Avenue de Paris, 1668*

CIP-Brasil. Catalogação na fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

E41s  
Elias, Norbert, 1897-1990

A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte / Norbert Elias; tradução, Pedro Susekind; prefácio, Roger Chartier. — Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Tradução de: Die höfische Gesellschaft  
Anexos  
ISBN 978-85-7110-615-4

1. Aristocracia (Classe social). I. Título.

01-0960

CDD: 305.52  
CDU: 316.342.2

*Prefácio*, Roger Chartier 7

I Introdução: sociologia e história 27

II Observação preliminar sobre a formulação do problema 61

III Estruturas de habitação como indicadores de estruturas sociais 66

IV Particularidades da figuração aristocrática de corte 85

V Etiqueta e cerimonial: comportamento e mentalidade dos homens como funções da estrutura de poder de sua sociedade 97

VI O rei prisioneiro da etiqueta e das chances de prestígio 132

VII A formação e a transformação da sociedade de corte francesa como funções de deslocamentos sociais de poder 160

VIII Sobre a sociogênese do romantismo aristocrático no processo de curialização 219

IX Sobre a sociogênese da Revolução 267

*Anexo 1* 274

*Anexo 2* 281

*Notas* 291

*Índice remissivo* 307

### III Estruturas de habitação como indicadores de estruturas sociais

1. Isso que designamos como “corte” do Ancien Régime não passa de uma vasta extensão da casa e dos assuntos domésticos do rei francês e de seus dependentes, incluindo todas as pessoas que fazem parte daquela casa, de modo mais ou menos restrito. As despesas com a corte, com esse imenso domicílio do rei, superam as do reino da França como um todo, sendo encontradas nos registros sob a rubrica característica de “Maisons Royales”.<sup>1</sup> É importante recordar os primórdios dessa estrutura do domicílio real, para ver a linha evolutiva que levou a ela. A corte do Ancien Régime é uma descendente, muito diversa, daquela forma de dominação patriarcal cujo “germe deve ser procurado na autoridade de um senhor da casa, dentro de uma coletividade doméstica.”<sup>2</sup>

A autoridade do rei como senhor da casa em meio à sua corte tem um correlato no caráter patrimonial do Estado na corte, isto é, do Estado cujo órgão central é formado pelo domicílio do rei em seu sentido amplo, portanto pela “corte.”

Quando o príncipe, diz Max Weber,<sup>3</sup> organiza seu poder político ... segundo os mesmos princípios do exercício de seu mando doméstico, então falamos de uma formação patrimonial de Estado. A maior parte dos grandes reinos continentais conservou um forte caráter patrimonial até o início dos tempos modernos, e mesmo durante a época moderna.

Em sua origem, a administração patrimonial é feita sob medida para satisfazer as necessidades domésticas do senhor, seus assuntos pessoais e privados. A obtenção de um domínio “político”, ou seja, o de *um* senhor sobre os outros,<sup>4</sup> não submetidos a seu poder doméstico, significou a incorporação, a esse poder, de relações de dominação que diferem, do ponto de vista sociológico, quanto ao grau e conteúdo, mas não quanto à estrutura.

Também é por esse lado que se deve entender a designação, feita anteriormente, da corte como “órgão representativo” no campo social do Ancien Régime. A dominação do rei sobre o país não passava de uma extensão, algo que era incorporado à autoridade do príncipe sobre a casa e a corte. O que Luís XIV (que marca tanto o ponto culminante quanto o ponto de virada desse desenvolvimento) empreendeu foi, por conseguinte, a tentativa de organizar o seu país como uma propriedade pessoal, como extensão da corte em que morava. Só é possível entender isso quando nos damos conta de que a corte representava para ele — e talvez

num grau mais forte do que para os reis que ainda lutaram pessoalmente contra os inimigos, no comando de seus exércitos — o espaço de atuação primordial e imediato, enquanto o país era o espaço secundário e indireto.

Tudo o que vinha das vastas possessões reais, de todas as partes do reino, tinha que passar pelo filtro da corte antes de chegar ao rei; e tudo o que vinha do rei tinha que passar pelo filtro da corte antes de chegar ao país. Mesmo o monarca mais absoluto só podia atuar sobre o seu país através da mediação dos indivíduos que viviam na corte. Assim, a corte e a vida na corte constituíam o local originário de toda a experiência, de toda a compreensão do homem e do mundo por parte do rei absolutista no Ancien Régime. Por isso, uma sociologia da corte é, ao mesmo tempo, uma sociologia da realeza.

De qualquer modo, como é facilmente compreensível, essa esfera de ação primária dos reis, a corte, não permanece intocada pela ampliação gradual e o crescimento incessante da esfera de dominação real. A necessidade que os reis tinham ao cabo de tal desenvolvimento de governar todo o imenso país a partir de suas casas ou através da corte onde residiam evidentemente transformava a própria corte, a “Maison du Roi”.<sup>5</sup> O produto visível desse efeito de troca entre a grandezza do país e a grandezza da moradia real é o castelo, é a corte de Versailles, dentro da qual as ações mais pessoais do rei sempre tinham caráter cerimonial de ações de Estado, assim como fora dela cada ação do Estado ganhava o caráter de uma ação pessoal do rei.

2. Nem todas as unidades sociais ou formas de integração dos homens são, ao mesmo tempo, unidades de habitação ou moradia. Mas todas elas podem ser caracterizadas segundo determinados tipos de configuração espacial. De fato, sempre são *unidades de indivíduos* relacionados entre si, ligados uns aos outros. E mesmo que o modo ou o tipo dessas relações nunca possa ser expresso essencialmente, em última instância, por meio de categorias espaciais, ele pode ser expresso *também* por meio de categorias espaciais. Pois a todo modo de agrupamentos humano corresponde uma determinada configuração do espaço onde aqueles indivíduos de fato estão ou podem estar reunidos, todos juntos ou divididos em unidades menores. Assim, a expressão de uma unidade social no espaço, o tipo de sua configuração espacial é uma representação tangível e — literalmente — visível de suas particularidades. Portanto as formas de habitação dos cortesãos oferecem um acesso seguro e evidente para a compreensão de determinadas relações sociais características da sociedade de corte.

O traço marcante no modo de habitação desses indivíduos é o fato de que todos, ou pelo menos uma parte significativa deles, possuíam ao mesmo tempo um alojamento na casa do rei, no palácio de Versailles, e uma habitação, ou seja, um *hótel* na cidade de Paris. Além disso, a maioria ainda tinha casas de campo, que podem ser deixadas de lado no que diz respeito ao contexto de que tratamos aqui.

Não se pode considerar nem entender isoladamente, por si mesmo, o castelo de Versailles, verdadeira sede da corte francesa, residência tanto da nobreza cortesã

quanto do rei. Ele constitui um fenômeno extremo de uma sociedade articulada hierarquicamente em todas as suas manifestações. É preciso ver como a nobreza cortesã vive em casa para entender como vive o rei, e como vive sua corte morando com ele. As casas dos nobres na cidade, os *hôtels*, mostram de uma forma bastante clara e simples as necessidades sociologicamente relevantes nessa sociedade em termos de habitação, necessidades que, multiplicadas, articuladas entre si, complicadas pelas funções especiais do rei, de governo e representação, também determinam a conformação do palácio real, que deve acomodar a sociedade como um todo.

3. As residências habitadas pela nobreza cortesã do Ancien Régime chamavam-se "*hôtel*" ou "*palais*", de acordo com a categoria do proprietário e com o tamanho da construção. A *Encyclopédia* reproduz a planta de um desses *hôtels*.<sup>6</sup> Seus esclarecimentos sobre o assunto e o verbete correspondente completam a imagem das funções de cada parte e de cada espaço em particular. O que há de relevante nisso, do ponto de vista sociológico?

Temos diante de nós um edifício cujas partes são agrupadas em torno de um pátio retangular. Em direção à rua, um dos lados estreitos do pátio é formado por um corredor de colunas, uma colunata, fechado para o exterior, no meio do qual o amplo "*porche*" ou pórtico, constituía uma entrada e uma passagem para as carruagens. As colunas avançam à esquerda e à direita, acompanhando as duas alas da construção até o outro lado estreito, de modo que sempre é possível chegar da entrada ao edifício central sem molhar os pés. Essa construção central, tendo ao lado e atrás um grande jardim, acomoda a sala de recepção; a parte contígua das duas alas abriga os "*appartements privés*". Atrás de cada um deles fica um pequeno jardim de flores, separados do jardim principal tanto à esquerda quanto à direita por uma grande galeria e por salas de banho e de toalete. Por fim, nas partes das alas mais próximas da rua ficam os estúbulos, cozinhas, acomodações dos servidos e despensas. Essas dependências agrupam-se em torno de um pátio pequeno, chamado "*hasse-cour*", que é separado por outras construções dos jardins de flores localizado em frente às janelas dos *appartements privés*. É nesses pequenos pátios — onde uma parte dos trabalhos de cozinha são realizados, onde param os coches dos visitantes depois que seus proprietários saltaram diante da escada do pátio principal — que tem lugar a vida dos "*domestiques*".

Como vemos, trata-se de um tipo de habitação urbana bem peculiar que as pessoas da corte criaram em seus *hôtels*. São residências urbanas, mas em sua construção ainda se percebe a ligação com as casas de campo dos proprietários rurais. Os pátios de fazenda continuam existindo, mas conservando apenas a função de vias de passagem para as carruagens e de espaços representativos. Os estúbulos, as despensas e as acomodações de serviços ainda se encontram ali, mas acoplaram-se às residências dos senhores, restando assim, da natureza circundante, apenas os jardins.

Essa relação dos *hôtels* com o tipo da casa senhorial de campo<sup>7</sup> tem um significado sintomático. Os homens da corte certamente são habitantes urbanos, e a vida na cidade, até certo ponto, imprime-lhes sua marca. Entretanto, sua ligação com a cidade é menos firme que a dos cidadãos, dos profissionais urbanos. A maioria das pessoas da corte ainda possui uma ou mais residências no campo. É de tais lugares que costumam receber não só seus nomes, mas também uma grande parte de seus rendimentos, além de retornarem para as suas propriedades rurais sempre que têm uma oportunidade.

Sua sociedade é sempre a mesma, mas a localização muda; às vezes vivem em Paris, às vezes partem junto com o rei para Versailles, para Marly, ou para algum outro de seus castelos, às vezes voltam a estabelecer seu domicílio num dos castelos que possuem no campo, ou vão como convidados para a propriedade rural de um de seus amigos. Essa situação peculiar de uma ligação estável com a sociedade, que representa a verdadeira pátria desses indivíduos, em locais que podem variar bastante, determina de modo considerável seu caráter e o de suas residências. Ainda tratemos do assunto posteriormente, mas tudo em tais residências indica a união íntima com a sociedade de corte, e quase nada a ligação funcional com a cidade, exceto talvez a concentração de diversos complexos em um todo. Não seria preciso fazer quase nenhuma alteração para erguer uma casa assim no campo. Seus donos estão envolvidos na estrutura da cidade apenas como consumidores, sem levar em conta o envolvimento com a sociedade de corte parisiense. Normalmente, com uma quantidade suficiente de serviços, esse consumo pode ser satisfeito no campo tão bem quanto na cidade. Em todo caso, o consumo mais refinado e luxuoso tem a cidade como referência.

4. É claro que as mudanças de localização frequentes estavam em estreita conexão com a possibilidade de cada uma dessas damas e desses senhores de ter à disposição um grande contingente de serviços. Dos intendentes e *maîtres d'hôtel* — a quem cabia a administração dos rendimentos, o cuidado com a ordem e o bem-estar da residência e a supervisão dos outros criados — até os cocheiros e lacaios encarregados do transporte, o poder de mando sobre muitos servidores constituía a condição para essa mobilidade específica e limitada. Ele liberava as pessoas da corte das tarefas exigidas pela vida na sociedade de corte, em meio às mudanças constantes — atividades nem sempre leves.

Os próprios cortesãos não falam muito sobre tais serviços que levam em sua companhia. Os *domestiques* viviam, até certo ponto, nos bastidores, enquanto acontecia a grande encenação da vida na corte; por isso falaremos pouco sobre eles mais adiante. Mas aqui, examinando a casa em que os nobres da corte moravam, podemos e devemos olhar o que ocorre nos bastidores.

O que se vê, observando a vida e as atividades em torno das *basses-cours*,<sup>8</sup> é uma profusão de criados, uma diferenciação dos serviços prestados que é muito característica, tanto para as exigências e o refinamento do gosto quanto para a cultura doméstica dessa sociedade. Encontra-se ali o intendente<sup>9</sup> da casa, que

despacha todos os negócios para o senhor e a senhora. Há também o *matre d'hôtel*, que supervisiona os criados e anuncia, por exemplo, quando a mesa está posta. Para dar um exemplo especialmente característico, há não só uma cozinha grande, um pequeno *“garde-manger”*, onde as carnes mais perecíveis (principalmente as aves) são guardadas,<sup>10</sup> mas também, além disso, um *“office”* com seu fogão e seus aparatos particulares — supervisionado por um *chef d'office* bem-distinguido do *chef de cuisine* — onde as compotas, os condimentos e os doces finos são preparados. Ao lado, um outro forno de calor bem mais brando serve para a produção de biscoitos, *gâteaux* e outros doces secos; ainda existe ali um *“laboratoire d'office”*, onde se prepara o gelo e, como diz a *Encyclopédia*,<sup>11</sup> *“des autres ouvrages qui dorment de l'humidité dans les pièces prétendues”*. Em seguida há um cômodo com ótimas tranças, o *“office pain”*, onde a prataria é guardada sob a supervisão do *“officier d'office”*, que ainda tem de inspecionar a arrumação da mesa. Nesse local o senhor da casa às vezes vai almoçar com seus amigos.

De um ponto de vista mais geral, também não deixa de ter importância o esclarecimento, por meio de um exemplo, dessa especialização do que se chamava a *“bouche”*, ou seja, tudo aquilo que tem a ver com a comida e a bebida. Pois, se havia um ou dois cômodos destinados a certa atividade na casa de um *grand seigneur*, na *maison du roi* havia todo um *appartement* para o mesmo propósito, e a condução de uma dessas repartições da *bouche* do rei representava um ofício muito estimado e bem-pago na corte, como era o caso por exemplo da *“fruiterie”*, onde diversos tipos de frutas eram preparadas para a mesa; da *“sommellerie”* ou da *“paneterie”*, onde o vinho e o pão eram estocados, guardados e distribuídos. Assim, quase tudo que se encontra em larga escala na residência do rei pode ser visto, numa escala mais reduzida, nas casas do *grand seigneur*. Não falta nem mesmo a Guarda Suíça. Um pequeno cômodo perto da entrada, de um lado, com o estábulo e cocheiras do outro, forma o *“logement des suisses”*.<sup>12</sup> Mas é claro que nem sempre eram autênticos suíços que um nobre em particular encarregava de vigiar sua casa. Com frequência eles se contentavam em vestir seus lacaios com uniformes suíços.<sup>13</sup>

5. Por mais que os aposentos para essas atividades domésticas e para os criados que tinham a ver com elas, como acabamos de descrever, fossem cuidadosamente isolados das salas de estar e de recepção, o modo como a sociedade de corte se estrutura sobre uma ampla camada de serviços é expresso diretamente na construção dos próprios aposentos dos senhores. A partir da entrada, o caminho para aqueles diversos *appartements* passa por uma ou mais antecâmaras. Elas se encontram em frente aos quartos que pertencem ao dono e à dona da casa, em frente ao quarto de gala, assim como diante da *“salle de compagnie”*. Tal cômodo, a antecâmara, é justamente um símbolo da sociedade de corte do Ancien Régime. E ali que os lacaios e criados aguardam em constante prontidão, com ou sem *libré*, pelas ordens de seus senhores. Nada é mais característico de sua atitude em relação aos serviços do que uma observação da *Encyclopédia*, que constitui quase a metade do

pequeno verbete que ela dedica à antecâmara: “Como a primeira antecâmara é sempre destinada à *‘vivité’*, é raro encontrar lareiras sendo usadas ali. Contentam-se em pôr estúrias em frente a elas, para resguardar todas as partes de um *appartement* do ar frio trazido pelo constante abrir e fechar das portas que dão acesso aos aposentos dos senhores.”

Ao ler algo assim, não devemos esquecer que a elite da nobreza, o *“monde”* do século XVIII, era totalmente alheia à ideia de que todos os homens são “iguais” em qualquer sentido, caso não se considerem as diferenças hierárquicas. A *Encyclopédia*, já bem mais próxima de tais ideias, enfatiza sempre em seus verbetes sobre *“domestiques”* que não havia mais escravos na França, que os servos também não deviam ser considerados escravos, mas sim “homens livres”.

Entretanto, até ela justificava a lei em vigor, segundo a qual os furtos domésticos eram punidos com a pena de morte,<sup>14</sup> por exemplo. Em outras palavras, ela justifica de modo racional o que, do ponto de vista do *grand seigneur*, era uma consequência imediata da crença na desigualdade das camadas sociais, uma evidência para além de qualquer argumentação racional. Essa crença não precisava manifestar-se em maus-tratos aos criados. Podia ser expressa também por uma espécie de intimidade em relação a certos criados. Contudo, o que estava sempre presente nela era um distanciamento irremediável, o sentimento profundamente enraizado de que, quando lidavam com tais homens e mulheres que enchiam suas casas em contingentes maiores ou menores, tratava-se de uma outra raça humana, de gente “comum, do povo” — a própria *Encyclopédia* usa esses termos. A presença constante dessa gente dava à situação dos cortesãos uma outra configuração e atmosfera, se compararmos com a nossa situação. Assim, a disposição dos aposentos, que prevê no mínimo uma antecâmara para cada quarto dos senhores da casa, é uma expressão *“de uma simultaneidade de constante aproximação espacial e constante distanciamento social, de contato íntimo num nível e distanciamento rígido no outro”*.<sup>15</sup>

Esse modo peculiar de relacionamento é reencontrado na residência do rei, em outro patamar da hierarquia social, embora modificado de uma maneira específica, que ainda será indicada. Aqui, os *grands seigneurs* e *grandes dames*, que em suas próprias casas mandam seus interiores para a antecâmara porque são os soberanos em outro patamar da hierarquia, ocupam a posição de servidores na antecâmara do rei, esperando pelo aceno de seu senhor.

6. Como vimos, em cada uma das duas alas do *hôtel* há um *“appartement privé”*, contíguo às partes que ficam diante das *“basses-cours”* ou seja, um *appartement* para o senhor e outro para a dama da casa. Um deles localiza-se à esquerda do pátio principal, o outro à direita. Os dois *appartements* são praticamente iguais; e os quartos de dormir ficam frente a frente, mas separados por toda a extensão do pátio. Os ocupantes não se veem pela janela, para dar um exemplo; pois elas dão para os jardins de flores na parte de trás — a fim de evitar a perturbação dos ruidos causados pela entrada e saída constante de coches e carruagens, segundo

afirma a *Encyclopédie*.<sup>16</sup> Tanto o senhor quanto a senhora têm seu gabinete particular, contíguo ao quarto, no qual eles podem receber visitas após ou durante a *toilette*; além do gabinete, os quartos também dão acesso à antecâmara particular e, evidentemente, aos guarda-roupas.

A posição do homem e da mulher nessa sociedade praticamente não pode ser caracterizada de modo mais claro e sucinto do que por meio da referência à localização equivalente, mas totalmente separada, de seus *apartements privés*. Percebe-se aqui uma forma familiar e uma forma conjugal que talvez mereçam maior atenção nas teorias sociológicas da família.

“Como é a vida dela com o marido?”, pergunta o novo criado à camareira de Madame.<sup>17</sup>

“Oh, atualmente muito boa”, é a resposta. “Ele é um pouco pedante, mas ambicioso; ela tem muitos amigos; os dois não frequentam a mesma sociedade, veem-se muito raramente e convivem de modo muito decente.”

É claro que se trata de um caso individual; nem todos os homens dessa sociedade são ambiciosos e pedantes, nem todas as mulheres têm muitos amigos. Todavia, apesar disso, aqui se faz visível algo realmente típico da estrutura de tal sociedade. Ela é tão vasta, que marido e mulher podem ter esferas de circulação social distintas. Por isso, mas certamente não só por isso, a margem de independência da vida particular de pessoas casadas é muito diferente da que vemos em sociedades confinadas a um espaço mais restrito.

Por outro lado, certos contatos entre o casal são requeridos pelo decoro, convenções e dever de representação. Esse mínimo de contato requerido pela sociedade constitui, em certos pontos, um limite para a vida pessoal de cada um dos cônjuges. A orientação das exigências que o *grand seigneur* deve fazer à sua mulher torna-se perceptível, por exemplo, quando o senhor de quem a camareira fala na citação anterior chega no fim da manhã ao *appartement* de sua mulher, que ainda está dormindo, e deixa o seguinte recado com a criada: “Diga a ela que teremos oito dias de luto por Mme. de Saucourt, e que ela deve visitar minha mãe, que está doente. Vou para Versailles. Estarei de volta amanhã ou depois de amanhã.”

A obrigação diante da sociedade — da qual também faz parte a visita à sogra adoentada —, constituindo em sentido mais amplo a reputação e as aparências da “casa”, é o que há em comum quando outras afinidades individuais se perderam e quando a falta de afeto do casal leva cada um a fazer uso de sua liberdade de ação.<sup>18</sup>

A relação publicamente legítima entre marido e mulher na sociedade burguesa e profissional, ganha expressão na formação e no conceito de “família”. Na sociedade dos grandes senhores do Ancien Régime, sua expressão está no conceito de “casa”. Não se fala apenas da “Casa da França”, para mencionar a unidade da dinastia real durante gerações, mas cada um dos *grands seigneurs* fala de sua “casa”. No uso linguístico do Ancien Régime, o conceito de “família” é mais ou menos restrito à alta burguesia, enquanto o de “casa” é restrito ao rei e à aristocracia. A *Encyclopédie* constata explicitamente essa diferença no uso linguístico das diversas

camadas sociais,<sup>19</sup> censurando-a por motivos compreensíveis. Nesse caso, como vemos, não se trata apenas de uma “*façon de parler*”, existindo por trás desse uso linguístico uma realidade, uma diversidade de fato na constituição e conformação, legitimadas socialmente, da relação entre os sexos na alta nobreza e na burguesia profissional.<sup>20</sup> Aqui não é o lugar de aprofundar essa questão. Deve ser suficiente apontar que o matrimônio aristocrático de corte realmente não tinha como propósito o que, na sociedade burguesa, chamamos de uma “vida familiar”. Na verdade, quando se realizava um casamento nessa esfera, o que estava em jogo era sobretudo a “fundação” e o “prosseguimento” de uma “casa” que correspondesse à posição do marido, aumentando o máximo possível seu prestígio e suas relações, de modo que o casal ganhasse ou pelo menos mantivesse a posição e reputação como representantes da casa no presente. É nesse contexto que devemos entender a relação entre o senhor e a dama da casa, entre o *grand seigneur* e sua esposa. O que a sociedade controla, em primeira instância, é o relacionamento dessas duas pessoas como representantes de sua casa. De resto, eles podiam se amar ou não, ser fiéis ou não, sua relação podendo ser tão desprovida de contato pessoal quanto permitisse a obrigação de representar conjuntamente. Nesse aspecto, o controle social é negligente e fraco. A disposição dos *apartements privés* senhoriais, descrita aqui, de certa maneira constitui a solução otimizada para as necessidades habitacionais que correspondem a esse tipo de matrimônio de corte — em relação aos quais não é possível empregar o conceito burguês de “família”.

7. Quando pensamos assim o campo doméstico dos grandes senhores e damas do Ancien Régime, vemos ao mesmo tempo, em sua construção, a partir de um ângulo determinado, a natureza da *rede de relações* na qual ele está entrelaçado. O modo de relacionamento peculiar com a criadagem acha-se expresso na segregação da antecâmara e dos espaços em torno das *basses-cours*. A relação peculiar entre marido e mulher acha-se expressa na distância que separa seus *apartements privés*. Por fim, o modo de sua inserção na sociedade, ou “*society*”, acha-se representado na disposição das salas de recepção. O fato de os salões ocuparem a parte principal e central do primeiro andar e, além disso, um espaço maior do que o dos dois *apartements privés* juntos, já é por si só um símbolo da importância que a relação com a sociedade tem na vida dos indivíduos em questão. Aí se localiza o centro de gravidade das suas existências.

As salas de recepção dividem-se em duas partes distintas. No meio delas em geral está o grande salão, o centro da sociabilidade aristocrática da corte, que se estende até o segundo andar e costuma ser ornamentado com colunas coríntias. O convidado desce de seu coche na escadaria, em frente ao edifício principal, atravessa um grande vestíbulo retangular e alcança o grande salão redondo. De um lado ficam as salas do “*appartement de société*”, com a antecâmara e o guarda-roupas em frente, as quais podem ser alcançadas do vestíbulo por um acesso próprio; em seguida vem uma “*salle de compagnie*”, um salão oval, menor e mais íntimo, uma sala de refeições, com um *buffet* ao lado, e assim por diante. Do outro lado do

grande salão fica o “*appartement de parade*”, do qual fazem parte salões de gala menores e os gabinetes de gala. Em seguida a um desses salões há uma galeria larga, que separa o jardim principal dos jardins de flores, estendendo-se até bem depois da ala contígua. Além disso, também fazem parte do *appartement de parade* quartos de gala, com todos os seus acessórios.

Tal bipartição das salas de recepção tem um sentido social bem-definido. O *appartement de société* é destinado ao círculo de contato mais íntimo do senhor e, sobretudo, da dama. Ali eles recebem, em geral à tarde, as pessoas que vêm para lhes fazer companhia. Ali, nas salas que não são voltadas primordialmente para a representação, e sim para o bem-estar, têm lugar as cenas de uma vida social mais íntima, que não é tão presa às convenções da etiqueta, e que conhecemos, tendo por base a história do século XVIII, como sociedades de salão.

Em contrapartida, o *appartement de parade* é um símbolo daquela posição pública peculiar que os grandes nomes do Ancien Régime assumem, mesmo quando não estão exercendo nenhuma função social. Ali são recebidas, no fim da manhã geralmente, as visitas oficiais de pessoas do mesmo nível, ou de um nível mais elevado; ali os donos da casa resolvem todos os “*affaires*” da vida na corte que os põem em contato com pessoas de fora do seu círculo social mais íntimo; ali eles recebem os visitantes como representantes de suas “casas”. O quarto de gala, com sua antecâmara e gabinete próprios, serve, além disso, para acolher convidados importantes, dignos de uma homenagem especial; em ocasiões especiais, como por exemplo depois de um parto, também é ali no “*lit de parade*” que a dama recebe as visitas oficiais, como representante da “casa”. E essa intrinseca de vários aspectos da vida que consideramos privada na esfera da vida social e público, como se mostra nesse caso e em muitos outros pontos, é algo muito característico da estrutura dessa sociedade. Só a partir dela torna-se perfeitamente compreensível a divisão das salas de recepção em um *appartement de société* e um *appartement de parade*. A posição elevada e as obrigações de representação que daí surgem conferem à dinâmica social — em determinados casos, por exemplo quando se recebe uma visita — uma seriedade e um peso na vida de tais homens sem profissão que só encontram paralelo nas visitas profissionais e de negócios na sociedade burguesa, o que raramente acontece com as “visitas particulares”. As visitas informais com propósitos profissionais — incluindo naturalmente aquelas com o lucro financeiro, com a carreira, com a manutenção ou a promoção de cargo profissional. A divisão das salas de recepção da corte num *appartement* para o círculo social mais íntimo e outro para o contato mais oficial é de certo modo análoga, na sociedade senhorial, à divisão entre salas particulares e profissionais na sociedade burguesa. Tal analogia torna perceptível, de modo muito direto, um estado de coisas de que se falará adiante com mais frequência e detalhamento. Julgando a estrutura da vida social dos indivíduos na corte do Ancien Régime pela estrutura da vida burguesa-profissional e suas divisões, toda a vida da corte pode ser inserida na categoria da “esfera particular”. Mas esse tipo de definição faz surgir uma imagem distorcida. Como não havia uma vida profissional no sentido

atual, no caso das pessoas da aristocracia e da corte, a divisão entre vida profissional e particular não pode ser aplicada. Porém a necessidade de autoafirmação social, ou o esforço para melhorar a posição e o prestígio, impõe aos cortesãos, obrigações e coerções não menos rigorosas e intensas do que aquelas às quais os homens modernos se submetem para defender seus interesses profissionais.

Assim, a circulação social na corte e na sociedade de corte tem duas faces. Por um lado, equivale à nossa vida particular, proporcionando descanso, prazer e diversão; mas, simultaneamente, equivale à nossa vida profissional, sendo um instrumento imediato para a carreira e a autoafirmação, um meio de ascensão e queda, um cumprimento de exigências sociais experimentadas como deveres. Dependendo do evento social, uma face pode ser mais acentuada que a outra; mas a primeira é mais fácil de ocultar do que a segunda. Essa dupla face se expressa na diferença das salas de recepção. Para quem se reúne no *appartement de société*, a diversão e o prazer acentuam-se fortemente, mas o outro lado, a face pública, não deixa de estar presente. Em contrapartida, naquelas reuniões para as quais as salas de gala são abertas prevalece o caráter público da vida do senhor, o cuidado com os interesses e pretensões de sua casa.

8. Certa vez, no fim do Ancien Régime, o duque de Croÿ disse: “Foram as casas que enmargaram a maioria das grandes famílias.”<sup>21</sup>

O fato de indivíduos se arruinarem por e para suas casas é incompreensível enquanto não entendermos que, nessa sociedade de grandes senhores, o tamanho e o esplendor da casa não constituem uma expressão primordial da riqueza, mas sim uma expressão primordial da posição e do nível. Para o *grand seigneur*, a aparência física da casa no espaço é um símbolo da posição, da importância, do nível de sua “casa” no tempo, ou seja, de sua estirpe no decorrer das gerações, com isso simbolizando também a posição e a importância que ele mesmo possui como representante vivo da casa.

A posição elevada obriga a possuir e “organizar” uma casa que corresponda a ela. O que parece desperdício, do ponto de vista da ética econômica da burguesia — “se ele vai ficar endividado, por que não reduz as despesas?” —, na verdade é uma expressão característica do ethos estamental dos grandes senhores. Esse ethos cresce a partir da estrutura e atividade da sociedade de corte, sendo ao mesmo tempo uma precondição para a existência de tal atividade. Ele não é escolhido livremente.

Isso pode ser visto prontamente nos conceitos usados para designar os diversos tipos de casas. Não se chama de “*hôtel*” a casa de um comerciante. “*Hôtel*” é a denominação para casas da mais alta aristocracia de corte. É provável que no decorrer do século XVIII esse conceito tenha decaído, a ponto de se referir às casas dos ricos *fermiers généraux*\*. Mesmo assim, a *Encyclopédie* constata expressamente:

\* Assim eram chamados, no Ancien Régime, os arrecadadores de impostos que, por adjudicação, obtinham o direito de receber diversos impostos. O lucro dos *fermiers généraux* advinha da diferença entre a adjudicação e o montante dos impostos coletados. (N.T.)

“As habitações tomam diferentes nomes segundo as diferentes condições daqueles que as ocupam. Diz-se ‘a *maison*’ de um burguês, ‘o *hôtel*’ de um figurão, ‘o *palais*’ de um príncipe ou de um rei.”<sup>22</sup> Além das moradias do rei e de príncipes, também eram chamadas “*palais*” as sedes dos tribunais, por constituírem ramificações da residência do rei; e também tornou-se costume designar as residências de membros do alto clero pelo termo “*palais*”.

“A exceção dessas”, diz a *Encyclopédie*,<sup>23</sup> “nenhuma pessoa, seja qual for sua posição social, tem permissão de afixar o nome ‘*palais*’ sobre o portão de sua casa.”

9. Mas a essa diferença das denominações, de acordo com a classe, correspondia naturalmente uma diferença na própria configuração das casas. Percebendo essa diferenciação, ganha-se uma visão geral de como se articula a sociedade. A grande massa das residências urbanas faz parte das chamadas “*maisons particulières*.”<sup>24</sup> Essa expressão é significativa: a tradução por “casas particulares” reproduz o caráter social de tais casas de modo muito insuficiente. Hoje em dia, o conceito de “particular” representa sobretudo uma antítese do conceito de “profissional”; embora não seja só isso. A residência de um alto funcionário também seria chamada de “casa particular” se pertencesse a ele pessoalmente e suas salas não fossem usadas para a atividade profissional, como escritórios por exemplo. Em contrapartida, no Ancien Régime, era às casas da grande massa dos profissionais que se dava o nome de “*maisons particulières*”, e justamente quando suas casas serviam para fins profissionais. Chamavam-nas assim para diferenciar das residências daquelas camadas que não se caracterizavam por atividades profissionais, em nosso sentido, mas por sua posição social. Portanto, para diferenciar das residências da nobreza, do clero, da magistratura ou de advogados e, finalmente, dos grandes financistas, ou seja, *fermiers généraux*.

A sensibilidade para a diferença entre camadas profissionais e camadas privilegiadas também se expressa claramente na linguagem daquela época: entrar para o clero ou se tornar um oficial, começar uma carreira de magistrado ou nas finanças,<sup>25</sup> isso é o que chamam nos anos 1750, como diz um escritor,<sup>26</sup> de “*prendre un état*”. As outras funções dos cidadãos, isto é, as mais úteis, se contentam com o nome humilhante de profissão ou ofício.<sup>27</sup>

Essa observação torna claramente visível o modo como, sob a camada das ordens privilegiadas, as ordens profissionais nascem, primeiro desprezadas, depois ascendendo gradativamente. As próprias pessoas privilegiadas da sociedade, sobretudo as do círculo mais elevado da corte, os príncipes e os “grandes”, têm a consciência de conduzir uma vida mais ou menos “pública”,<sup>28</sup> ou seja, uma vida na “*society*” ou “*monde*”. É isso que constitui propriamente a “*estera pública*” do Ancien Régime. Quem vive fora dela tem uma “*vie particulière*”.

Do ponto de vista da sociedade de corte os indivíduos das camadas profissionais estão do lado de fora. Eles existem à margem do “*monde*” — a palavra é significativa —, à margem do “*grand monde*”. São as *petites gens*. Suas casas não

possuem o caráter público, suas posses e suas famílias não possuem o caráter representativo dos *hôtels* e dos palácios. Não passam de casas particulares, que não têm importância, assim como seus habitantes.

As diversas funções sociais correspondem diversos modos arquitetônicos de construir as casas.<sup>28</sup>

Os cortejos desenvolvem, no âmbito de determinada tradição, uma sensibilidade extraordinariamente refinada para as posturas, a fala e o comportamento que convêm ou não a um indivíduo segundo sua posição e seu valor na sociedade. Dedicar-se uma atenção extrema a cada manifestação da vida de uma pessoa, portanto também à sua casa, para verificar se está respeitando sua posição dentro dos limites tradicionais impostos pela hierarquia social. Essa atenção, assim como a consciência com que se observa tudo aquilo que um homem possui como referência ao seu valor social e ao seu prestígio, corresponde perfeitamente ao aparato de dominação absolutista da corte e à estrutura hierárquica de uma sociedade centralizada em torno do rei e da corte. Essa atenção e essa consciência são produzidas na camada dominante como instrumentos de autoafirmação e defesa contra a pressão feita por quem ocupa um nível mais baixo. Por conseguinte, esses indivíduos vivenciam muitas coisas que à primeira vista talvez tendêssemos a considerar ninharias e formalidades, mas num sentido que está perdido para nós hoje em dia. Isso será mostrado muitas vezes. O que se exige de nós é um ato de reflexão sociológica a fim de tornar visível novamente o pano de fundo das tensões e coerções sociais por trás das “ninharias” e “formalidades”, e das lutas que muitas vezes se desenvolviam em torno delas.

A descrição que a *Encyclopédie* faz do caráter das casas para as diferentes ordens e grupos sociais é bem significativa nesse aspecto. Os princípios básicos para o tipo inferior de casas, o das camadas profissionais, já caracterizado aqui, são determinados como: “A simetria, a solidez, o conforto e a economia.” O caráter hierárquico desses princípios para a construção de casas de aluguel, nas quais pequenos artesãos e comerciantes se alojam, é facilmente encoberto, pois correspondem com bastante exatidão ao que, no presente, um movimento mais amplo exige de toda casa.<sup>29</sup> Mas o fato de serem designados expressamente, naquela época, como parâmetros para as casas da camada mais baixa, o fato de a “*économie*” só ser mencionada como princípio de construção em referência à camada inferior, não deixa de ser menos característica para o desenvolvimento da habitação. Igualmente característica é a constatação, também sustentada por outros aspectos, de que a “*économie*”, as receitas e despesas, não tinha nenhuma importância decisiva para a arquitetura das casas de camadas superiores da corte absolutista. As finanças são mencionadas com relação a elas. As camadas sociais inferiores não precisam representar, não têm nenhuma obrigação de manter a posição. Assim, ficam em primeiro plano, como algo determinante para suas habitações, traços que não devem estar ausentes nas outras, mas que desaparecem por trás das funções de representação e prestígio. Então, sem o menor pudor, valores utilitários

como conforto e solidez tornam-se o fator principal na construção das casas para as camadas profissionais. A coerção para economizar torna-se perceptível já no aspecto exterior das casas.

10. Em contrapartida, no que diz respeito a todos os outros grupos — e numa intensidade maior quanto mais elevada era a posição social —, fica em primeiro plano, cada vez mais, a obrigação de aparecer de acordo com sua posição, manifestando através da casa a que nível o proprietário pertence. No caso dessas moradas, o valor do prestígio encobre o valor meramente utilitário. Aqui o ethos estamental, instrumento de autoafirmação nas camadas superiores, prevalece sobre o ethos econômico, instrumento de autoafirmação nas camadas inferiores.

Tais nexos, cujas formulações ainda provisórias só podem chegar a ser constatações e fundamentadas plenamente com o esclarecimento gradual da estrutura o uso social imputa ao grupo imediatamente superior de moradias, embora ainda se trate de habitações burguesas.

Na hierarquia das casas, as que vêm em seguida são aquelas “*maisons particulières*” que os cidadãos ricos construíam como suas residências permanentes. Essas casas “devem exibir um caráter que nada tenha nem da beleza dos *hôtels*, nem da simplicidade das casas comuns [ou seja, o grupo anterior]. As ordens arquitetônicas<sup>30</sup> nunca devem entrar à toa em sua ornamentação, malgrado a opulência dos que as fazem construir”.

Isso significa, na verdade, pensar em termos de posição, no sentido do nível social mais elevado do Ancien Régime! As dimensões e a ornamentação da casa não dependem da riqueza do proprietário, mas somente do nível e da posição social, e, com isso, do dever de ostentação<sup>31</sup> do morador.

Quando consideramos a planta de uma dessas casas<sup>32</sup>, reencontramos, *grosso modo*, os mesmos elementos do *hôtel*. A configuração da casa da aristocracia, em se tratando da camada determinante em todas as questões de estilos de vida, também constitui o modelo para a estrutura da casa da alta burguesia. Mas todas as proporções são reduzidas. O pátio e as duas “*basses-cours*” são bem pequenos; os locais em torno, destinados aos serviços domésticos, são reduzidos de modo proporcional; há uma cozinha, uma despensa e um pequeno *office*, nada além disso. Os *appartements* para o senhor e a dama da casa ficam muito próximos, o burguês, em comparação com a amplitude de espaço em que se desentolava o casamento aristocrático de corte. As salas de recepção, sobretudo, são totalmente encobertas e misturadas. O *appartement* de gala absolutamente não existe, o que é significativo. O salão circular está ali, só que menor e restrito a um andar. De um lado fica uma sala maior que reúne as funções de gabinete e de galeria; de outro lado, um pequeno *boudoir*; de outro, uma “*salle de compagnie*”. A antecâmara em frente tem, ao mesmo tempo, a função de sala de jantar para a família. Quando é

usada com esse propósito, os criados vão para o vestíbulo na entrada. No que diz respeito a salas de recepção, isso é tudo que há.

11. A diferença que se manifesta desse modo entre a estrutura da sociedade burguesa e a da sociedade aristocrática de corte é instrutiva. Na vida das pessoas da corte, a convivência social implica um espaço e um tempo completamente diferentes daqueles da vida dos profissionais burgueses. O número de pessoas que um cortejo pode ou deve receber em casa é maior, enquanto o número de pessoas com quem o profissional burguês<sup>33</sup> pode ou deve conviver socialmente — ou seja, particularmente — é mais reduzido. Aquele gasta um tempo muito maior com a convivência social do que o segundo. A rede das relações diretas é mais rígida, os contatos sociais são mais numerosos, as ligações sociais *imediatas* mais estreitas do que no caso dos profissionais burgueses, para os quais os contatos *mediados* pelo trabalho, por dinheiro ou negócios, têm a primazia.

Cronologicamente, essa situação durou até os anos 60 e 70 do século XVIII. Nesse período, a ascensão social e econômica dos grupos de profissionais burgueses tornou-se gradativamente mais visível, enquanto grande parte dos nobres ficava cada vez mais pobre. Todavia, tanto legalmente quanto para a consciência dos diversos grupos em contato social, as barreiras ainda permaneciam firmes.

12. Que atributos são considerados, no “*monde*”, adequados para distinguir os *hôtels*, “as moradias dos *grands seigneurs*”? “O caráter de sua decoração”, diz a *Encyclopédie*,<sup>34</sup> “exige uma beleza conforme o nascimento e a posição das pessoas que os mandam construir, contudo jamais devem ostentar a magnificência reservada para os palácios dos reis.” Formações culturais das quais temos uma percepção meramente estética — na maior parte das vezes como variantes de um determinado estilo — são percebidas por quem conviveu com elas como uma expressão bastante diversificada de qualidades sociais. Cada um dos *hôtels* foi construído, originalmente, para um determinado cliente, para uma determinada “casa”, e o arquiteto esforçou-se em tornar visível de imediato, na configuração e na ornamentação do *hôtel*, a posição social de seu habitante.

Afirma-se, por exemplo, que a residência de um príncipe que lidera um exército, de um cardeal, de um *premier magistrat* (que ocupa um alto cargo no judiciário) e de um *ministre éclairé*, encarregado de governar, deve ter uma aparência completamente diferente da de um mero marechal de França, ou de um bispo, ou de um *président à mortier*, isto é, de indivíduos que ocupam um nível mais baixo na hierarquia da nobreza, clero, justiça e letras. Todas essas pessoas “que não ocupam a mesma posição na sociedade devem possuir habitações cuja aparência revele a superioridade ou a inferioridade das diferentes ordens do Estado”.

As residências dos príncipes são chamadas *palais*, ou, para ser mais exato, *palais* de segunda classe (em relação ao *palais* real), as residências de outros nobres

chamam-se apenas “*grands hôtels*”. Mas nos dois gêneros a ornamentação tem que corresponder à função social:

Para a moradia do militar, deve-se fazer presidir um caráter marcial, anunciado por corpos retlineos, pelos cheios quase iguais aos vazios, e por uma arquitetura inspirada na ordem dórica.

Para a moradia do homem de Igreja, escolher-se-á um caráter menos severo, que se revelará pela disposição de seus principais aposentos, por divãs harmônicos e por um estilo rebuscado que nunca seja desmentido pela frialdade dos ornamentos.<sup>35</sup>

Enfim, para a moradia do magistrado, far-se-á uso de um caráter que deverá se manifestar pela disposição geral de suas formas e pela distribuição de suas partes, únicos meios de se conseguir reconhecer sem equívoco, a partir do exterior do edifício, o valor, a piedade e a urbanidade.

De resto, repetimos, é preciso sempre lembrar-se de evitar nesses diferentes gêneros de composição a grandezza e a magnificência dos palácios dos reis.<sup>36</sup>

13. Não é possível entender a estrutura de uma sociedade se não conseguirmos enxergá-la ao mesmo tempo da *perspectiva-elas* e da *perspectiva-nós*. Hoje em dia, ainda parece que o único método com o qual conseguimos obter um alto grau de certeza a partir da *perspectiva-elas* é o quantitativo, a contagem das cabeças, o uso de instrumentos de medida estatísticos. Como vemos, existem outras vias. Elas são especialmente necessárias quando consideramos a determinação de figuras que não são acessíveis de um modo exclusivamente científico, por meio de sua decomposição teórica em átomos, ações e opiniões singulares, variáveis, ou qualquer que seja o caráter de tais figuras.

A investigação das estruturas domésticas dos homens na corte, e a própria experiência que eles tinham a esse respeito, sua “autoimagem”, é um exemplo de análise figuracional conduzida simultaneamente a partir das duas perspectivas. O cânone social da própria estrutura doméstica, ou, como se formula tradicionalmente, “o lado objetivo da estrutura doméstica dos homens da corte”, constitui o ponto de partida. Ele é distinto, mas totalmente indissociável, dos aspectos “subjetivos” dessa estrutura, do modo como os próprios grupos participantes a vivenciam e a fundamentam.

Considerada assim, a investigação da estruturação das casas e do espaço na sociedade de corte possibilita uma primeira visão, ainda restrita, da estrutura social com que tais configurações têm a ver. Desse modo, enxergamos as coisas tanto a partir da *perspectiva-elas* quanto a partir da *perspectiva-nós*: ela é vista como figuração de outros homens, a respeito dos quais dizemos “eles”; ao mesmo tempo, ela é vista da maneira como aqueles homens a viam, como eles viam a si mesmos, quando diziam “nós”.

Trata-se de uma sociedade de ordens hierarquizadas. Mas essa sociedade absolutista diferencia-se da anterior, a sociedade de ordens medieval pelo fato de que o ocupante do trono inequivocamente passou a predominar sobre as outras ordens. A divisão do poder da sociedade de ordens medieval, ainda relativamente

insúvel, deu lugar a uma divisão de poder estável. É inegável que o poder do rei sobrepuja de longe o de todos os outros nobres, do alto clero e dos altos funcionários. Isso se expressa simbolicamente no fato de nenhum outro homem estar em condições ou ter a ousadia de construir uma casa que se assemelhe à do rei ou a supere. Seguem-se na hierarquia, após os outros membros da casa real, os três quadros de elite, a alta *noblesse d'épée*, o alto clero, o corpo da alta magistratura e administração. Todos têm sua hierarquia interna. Depois deles vêm as camadas médias e inferiores de cada um dos três quadros. Um pouco à margem dessa linha hierárquica acompanham-nos os financeiros, burgueses que se tornaram muito ricos. Entre seus representantes que mais sobressaem estão os *fermiers généraux*, além de outros homens que financiam empreendimentos do Estado.

O “terceiro estado” já não é rigorosamente um estado, e sim um receptáculo de diversos grupos profissionais, cuja estrutura social corresponde cada vez menos à noção de “estado”, imposta de cima. Pertence a esse “estado”, como a camada mais baixa, o que denominam “*peuple*” (camponeses, pequenos proprietários, artesãos, trabalhadores, lacaios e outros criados). Todavia, também fazem parte dele — pensando na bipartição das “*maisons particulières*”, que corresponde pelo menos aproximadamente à divisão desse estado — as camadas médias da burguesia, em toda uma escala de graduações, “negociantes, fabricantes, advogados, procuradores e médicos, atores, professores ou padres, funcionários, empregados e caixeiros”. Grupos de elite saídos do terceiro estado ascenderam à *noblesse d'épée* — os que ocupavam os cargos mais importantes na justiça e administração, os financeiros e a intelectualidade burguesa, formada por escritores. Com esses três grupos ficam indicadas as três vias de ascensão social da burguesia. Há muito que a alta magistratura reivindicava os mesmos direitos e prestígio da *noblesse d'épée*. Os *fermiers généraux* tinham que se contentar em sobrepujá-la nos aspectos exteriores. A *Encyclopédie* coloca a alta magistratura no mesmo nível dos nobres de berço e também do alto clero.<sup>37</sup> Em termos de poder, as cortes supremas, sobretudo o parlamento, podem medir-se com a nobreza e o clero a partir da morte de Luís XIV. Contudo, na estrutura de dominação absolutista, eles constituem uma espécie de poder de oposição moderada. Lutam por suas reivindicações de poder e pelo prestígio de sua ordem social; mas nunca foram totalmente reconhecidos. A rigor, à exceção das famílias que se tornaram nobres no reinado de Luís XIV, permanecem como membros de uma camada burguesa quanto a seus privilégios. Por isso, seu grupo de elite forma uma nobreza à parte, a *noblesse de robe*, que nunca perde seu caráter de nobreza à parte, apesar do crescente poder em suas mãos. Também em termos de círculos sociais, as casas da *noblesse de robe* não desempenham o mesmo papel das casas da nobreza de corte, pelo menos na capital, que é o lugar em questão aqui. Durante todo o Ancien Régime e até pouco antes da Revolução, a nobreza de corte forma, como que por obrigaçã e tendência de seu estado, o núcleo da “boa sociedade de corte” do “*monde*”, da “*bonne compagnie*”. Essa boa sociedade compõe-se de uma rede de relações sociais, cujo grupo central, mais destacado e determinante, é o da alta nobreza de corte. À

margin da “boa sociedade” ficam os círculos sociais dos financistas. Exceto por algumas ligações entrecruzadas — como por exemplo o salão do presidente Hénault —, a magistratura, núcleo de um jansenismo que nunca foi encarado seriamente na sociedade de corte, constitui em Paris uma esfera social à parte.<sup>38</sup>

Outros burgueses que pertencem aos círculos sociais do “monde”, no século XVIII, sobretudo membros da intelectualidade burguesa, encontram-se ali via de regra mais como convidados do que como hóspedes, o que certamente é significativo para a estrutura de tal “society”. É nos *hôtels* e não nas casas burguesas que eles se reúnem, locais em que encontram condições para satisfazer suas exigências sociais, onde são gerados aqueles requintes que amalgamam os diversos elementos do “monde” distinguindo-o de quem os observa de baixo: o “savoir-vivre” compartilhado por todos, a unidade da cultura espiritualosa, o refinamento das maneiras e a formação do bom gosto. Por meio de tais qualidades, imediatamente visíveis e tangíveis, os participantes do “monde” elevam-se da massa dos homens ordinários. Em conexão com eles, produz-se ali a consciência específica do prestígio e da representação, que se mostra como fator marcante da estruturação das casas. Segundo os Goncourt a propósito do maior e mais influente salão do século XVIII, o da marechala de Luxemburgo,

era um tipo de reunião de ambos os sexos, cujo objetivo era diferenciar-se da má sociedade, das reuniões vulgares, da sociedade provinciana, pela realização perfeita das formas agradáveis, pelo refinamento, pela amabilidade, pelas boas maneiras, pela arte da reserva e do bem viver. ... A aparência e o comportamento, os modos e a etiqueta eram fixados com exatidão pela “boa sociedade.”<sup>39</sup>

14. A composição diferenciada do aspecto exterior como instrumento da diferenciação social, a representação do nível hierárquico pela forma, tudo isso caracteriza não só as casas, mas também a organização da vida da corte como um todo. A sensibilidade desses homens para as ligações entre o nível social e a configuração visual de tudo o que faz parte de sua esfera de atuação, incluindo seus próprios movimentos, testemunha e expressa a situação social em que eles se encontravam.

Certamente, diz a *Encyclopédia* ao descrever a construção das habitações, o nível social de quem manda construir é a fonte das diversas formas de expressão. Mas como é possível ater-se a elas sem frequentar o “monde”, onde se aprende a diferenciar o estilo que convém a cada habitação, para cada proprietário, assim como as exigências de cada um? ... Não se pode duvidar de que é por ele — pelo contato com a boa sociedade — que se adquire sensibilidade para o que é apropriado; aprende-se a observar das boas maneiras; desenvolve-se a faculdade de julgar; é onde nasce a capacidade de ordenar as ideias; é onde se adquire a pureza do gosto e o conhecimento positivo do caráter apropriado a cada construção.

A atitude expressa em tais noções aponta uma determinada antinomia nessa sociedade. O que hoje em dia aparece como luxo, numa consideração retrospectiva-

va, não é nada supérfluo numa sociedade assim estruturada, como Max Weber reconhece. Vebien apresenta o “luxo” como “*conspicuous consumption*”, como “consumo ostentatório”. Numa sociedade em que cada manifestação pessoal tem um valor socialmente representativo, os esforços em busca de prestígio e ostentação por parte das camadas mais altas constituem uma necessidade de que não se pode fugir. Trata-se de um instrumento indispensável à autoafirmação social, especialmente quando — como é o caso na sociedade de corte — todos os participantes estão envolvidos numa batalha ou competição por status e prestígio.

Um duque tem que construir sua casa de uma maneira que expresse: sou um duque e não um conde. O mesmo vale para todos os aspectos de seu estilo de vida. Ele não pode tolerar que outra pessoa pareça mais um duque do que ele próprio. Precisa certificar-se de que tem a primazia frente ao conde na convivência oficial em sociedade. Se governasse um país, teria sempre a primazia, por sua função real, pela grandezza e extensão de seu poder. Manifestá-la na convivência social seria importante, contudo não seria algo indispensável, pois ele não a iria realizar apenas aqui. Entretanto, os diversos níveis da nobreza já não comportam praticamente nenhuma função de soberania na sociedade absolutista de ordens. Trata-se na verdade de títulos que o rei confere. Caso estejam ligados à posse de uma terra esta representa uma fonte de rendimentos mais do que um território sob o domínio do nobre. Pois é apenas o rei quem governa o país. Assim, o modo essencial de marcar uma posição social é documentá-la por meio de um estilo de vida apropriado, segundo os parâmetros desse nível. A coerção de representar o nível social é inexorável. Se falta o dinheiro necessário para isso, o nível social passa a ter uma realidade muito restrita, o mesmo ocorrendo com a existência de seu ocupante na sociedade. Um duque que não mora da maneira como um duque deve morar, e que portanto também não pode mais cumprir as obrigações sociais que seu título supõe, praticamente deixa de ser um duque.

Expõe-se assim o entrelaçamento peculiar que nos permite entender a conduta econômica dos grandes senhores. Para a manutenção de sua existência social, o comerciante precisa regular suas despesas de acordo com suas receitas. O grande senhor do Ancien Régime precisa regular suas despesas de acordo com as exigências de sua posição. A expressão “*noblesse oblige*” representa, em seu sentido original, um ethos que é diferente daquele orientado economicamente pelas camadas de profissionais burgueses. A antinomia da existência social dessa nobreza de corte é tanto mais fortemente perceptível quanto mais a economia francesa seguir a racionalidade econômica dos homens que a formam. Essa antinomia consiste no fato de que as despesas são reguladas de acordo com o nível social, enquanto a receita não é regulada da mesma maneira, ou seja, de acordo com as obrigações de representação ditadas pela sociedade.

Para os nobres, no que diz respeito à existência social e ao estilo de vida, a situação era dificultada no decorrer do século XVIII pelo fato de que tinham de concorrer cada vez mais com as camadas burguesas em ascensão, sobretudo os *fermiers généraux*. Não é à toa que esses são considerados mais como pertencendo

às camadas privilegiadas do que às camadas profissionais. Também não é à toa que “tomar-se *fermier général*” denomina-se “*prendre un éat*”. Numa medida maior ou menor, os *fermiers généraux* assimilaram as formas de comportamento e de neutralidade da sociedade de ordens. Sua posição, embora ainda pobre quanto às tradições, exigia uma representação social. Aqui, assim como na magistratura, de fato não estamos lidando com camadas profissionais burguesas, mas com camadas burguesas privilegiadas. Nesse caso, devemos ressaltar que pelo menos a elite da magistratura é composta, em grande parte, de pessoas provenientes de famílias cuja ascensão, cujo destaque em relação às camadas burguesas, efetivou-se já no decorrer do século XVII, e que mantiveram suas posições a partir de então. As famílias de financistas de que ouvimos falar no século XVIII, por sua vez, tiveram sua ascensão consumada apenas nesse século, quase sem exceções. Contudo, também devemos reconhecer a partir de sua atitude que a motivação<sup>40</sup> por nível social, honra e prestígio é mais importante do que a motivação por “interesses” econômicos, embora surjam frequentemente formas de transição e misturas entre as duas.

A exigência de se destacar, de se diferenciar dos que não fazem parte daquele grupo social, de se evidenciar socialmente, encontra sua expressão linguística em conceitos como “valor”, “consideração”, “distinguição”,<sup>41</sup> além de muitos outros, cujo uso corrente é uma senha de quem faz parte do grupo e uma prova do comprometimento com ideais sociais. A própria expressão, como as atitudes e os valores que ela simboliza, passa para as famílias burguesas em ascensão, para os financistas, que assimilam a sociedade de corte. Em sua esfera, as noções de “economia” e “interesse” perdem seu primado. A motivação pela “honra”, as exigências de distinção e de prestígio tomam seu lugar após uma ou duas gerações.<sup>42</sup>

O estilo de vida dos *fermiers généraux*, por sua vez, tem influência retroativa sobre o dos grandes senhores. Os impulsos da moda, agora também determinados por aquele estilo, estimulam esse. Evitá-los significa sempre uma perda de prestígio. Ao mesmo tempo, os preços sobem;<sup>43</sup> enquanto as rendas da nobreza permanecem iguais, aumenta sua necessidade de dinheiro.

## IV Particularidades da figuração aristocrática de corte

1. Como vemos, as implicações da existência social de uma camada ociosa não são menos opressivas e inevitáveis do que as implicações que levam à ruína uma camada trabalhadora. É essa situação que se expressa nas palavras do duque de Croÿ: “*Ce sont les maisons qui ont éternisé la plûpart des grandes familles.*” [“Foram as casas que esmagaram a maioria das grandes famílias.”]

A figuração específica que cultivava uma tal atitude, e necessita dela para se manter, fez-se visível até aqui apenas como uma indicação. Todavia, neste tipo de investigação, a própria atitude específica que surge do entrelaçamento na sociedade de corte aparece de um modo mais claro, para o observador, quando se deixa para trás a sobreposição pelos valores heterônimos, o encobrimento pelo ethos econômico da burguesia. Esse ethos econômico não é algo óbvio. Os homens nem sempre agem de acordo com seus mandamentos, independente de qual seja a sociedade em que vivem, desde que possam pensar de modo “racional” ou “lógico”. O fato de a atitude da aristocracia de corte ser diferente da atitude burguesa, em relação ao ganho e ao gasto de dinheiro, não se explica simplesmente pela suposição de um acúmulo de erros e falhas pessoais de homens singulares. Não se trata aqui de uma epidemia da arbitrariedade, nem do enfraquecimento da capacidade de previsão e de autocontrole por parte dos indivíduos envolvidos. Aqui encontramos um outro sistema social de normas e valores, cujos mandamentos são obrigatórios para os indivíduos, a não ser quando eles renunciavam à convivência em seu círculo de sociedade, à participação em seu grupo social. Tais normas não podem ser esclarecidas a partir de um mistério encerrado no peito de grande número de homens singulares; elas só podem ser esclarecidas em conexão com a figuração específica que os muitos indivíduos formam conjuntamente, e com as interdependências específicas que os ligam uns aos outros.

2. De um lado está o ethos social dos profissionais burgueses, cujas normas obrigam as famílias a submeter as despesas às receitas, mantendo sempre que possível o consumo diário abaixo do nível do que se recebe, de modo que a diferença constitua uma economia a ser investida, na expectativa de ganhos maiores no futuro. Neste caso, a garantia da posição familiar alcançada e sobretudo a garantia do êxito social, da obtenção de mais status e prestígio, depende de uma estratégia de ganhos e despesas a longo prazo, na qual os indivíduos subordinam suas